

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 3 A 9 DE NOVEMBRO DE 1981
Nº 169 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU
José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS
Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

FIESP FIRMA ACORDO COM METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos assinaram ontem à tarde um novo acordo coletivo de trabalho, com vigência a partir de 1º de novembro. O documento de 32 cláusulas estabelece que o reajuste salarial de aproximadamente 400 mil metalúrgicos será feito com a aplicação do INPC de 40,9% e adicionais de produtividade de 5%, para quem ganhava Cr\$ 35.724; 3%, de Cr\$ 35.784,01 a Cr\$ 71.568 e 2%, de Cr\$ 71.568,01 até Cr\$ 119.280, tomando por base salários pagos em 1º de maio de 1981. Ou seja: esses valores correspondem respectivamente às faixas de até três salários mínimos; de três a seis, e de seis até dez mínimos, considerando-se o último reajuste desse mínimo a partir de 1º de novembro. O piso salarial ficou fixado em Cr\$ 17.520, equivalente a Cr\$ 73 por hora. As horas extras serão pagas com adicional de 25% até o limite de 30 horas mensais. Acima desse patamar, o adicional será de 50%. As horas extras feitas aos sábados terão acréscimo de 35% e, aos domingos, 100%. Além dessas cláusulas, o novo acordo repete praticamente as mesmas disposições contidas no contrato anterior. (FSP - 4/11/81)

EMBRAER CONCRETIZA DEMISSÕES E GREVE DOS OPERÁRIOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) ACABA

Ao mesmo tempo em que anunciava o comparecimento "global" de seus funcionários, ontem, a Embraer efetivava no final da tarde a demissão de 400 trabalhadores ligados às áreas de produção, usinagem e controle de qualidade. Até então essas seções, juntas, absorviam ao todo exatamente 3.326 trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos convocou para a noite uma assembleia, na qual compareceram pouco mais de 100 trabalhadores da Embraer, quando foi decidida a cessação da greve, iniciada sexta-feira passada. A decisão foi baseada em dois fatos: a oficialização das demissões e a "repressão policial", segundo o presidente da entidade, Ari Russo. No dia anterior, através de insistentes anúncios veiculados nas emissoras de rádio e jornais de São José dos Campos, a empresa garantia a segurança dos empregados que estivessem dispostos a retornar ao serviço. Os raros "piquetes", ficaram inibidos diante da presença da Polícia Militar que colocou nas ruas uma companhia inteira, com 160 homens, contando com um reforço extra chegado de uma unidade da corporação, em Taubaté. (FSP - 4/11/81)

TRABALHADORES RURAIS

CONFLITO DE TERRA MATA 4 E FERRE 10 EM ÁREA DO PARÁ

Quatro mortos e 10 feridos é o resultado, até agora, de quatro conflitos armados entre posseiros e pistoleiros a serviço da fazenda Tupã-Siretan, no Município de Conceição do Araguaia, a 15 quilômetros da localidade de Xinguara. A informação foi trazida a Belém pelo advogado Paulo Fonteles, da Comissão Pastoral da Terra, encarregado de defender os posseiros acusados. Fonteles, que veio domingo daquele município, estranhou que a polícia tenha abafado os acontecimentos, "talvez porque agora não encontraram nenhum padre para acusar", uma vez que os conflitos ocorre-

com no mês de outubro. Também estranhou que a polícia federal tenha ficado de fora desse episódio, deixando o inquérito a cargo da polícia civil, ao contrário do comportamento adotado em São Geraldo do Araguaia. O advogado da CPT informou que os conflitos, por questões de terra que envolvem posseiros e fazendeiros da fazenda Tupã-Siretan, de propriedade do banqueiro paulista Flavio Pinho de Almeida, do Grupo Comind, são antigos, sem que até agora as autoridades tenham dado qualquer solução. A fazenda, com 40 mil 500 hectares, está situada à margem da rodovia PA-150 e teve parte das suas terras ocupadas, em 1978, por 400 famílias de posseiros. Em 1979 houve o primeiro despejo, de forma violenta, e que registrou até violação sexual, segundo Paulo Fonteles, o que provocou um ato público de protesto dos posseiros em Xinguara e a ida de algumas mulheres até Brasília para denunciar o fato ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), porém, não solucionou o problema e no dia 14 de outubro houve o primeiro encontro armado entre posseiros e pistoleiros da fazenda. Depois ocorreram mais três, deixando um saldo de quatro mortos e 10 feridos entre pistoleiros e posseiros. O advogado Paulo Fonteles disse que o inquérito foi conduzido pelo delegado Nelson Marques, que prendeu 11 posseiros e depois os libertou, deixando apenas Laércio Costa dos Santos na cadeia, mas pediu a prisão preventiva para cinco deles. Ele já viu o processo, que não contém nenhuma acusação formal contra os posseiros, e garantiu que vai defendê-los não apenas nesse processo como também em seus direitos sobre a terra. (JB - 4/11/81)

CONTAG RELATA A OAB OBSTÁCULOS AO SEU TRABALHO

O Conselho Seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido sob a presidência do conselheiro Márcio Tomás Bastos, examinou ontem documento elaborado em assembléia-geral ordinária da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - e firmado pelos dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de vários Estados, no qual denunciam as condições adversas em que militam na defesa dos direitos e reivindicações do operário rural. É manifestada ainda apreensão daquela classe trabalhadora "face a tendência verificada na atuação dos órgãos governamentais da área de segurança de considerar atos praticados no exercício da atividade sindical como crimes previstos na Lei de Segurança Nacional". Como exemplo é citado o processo em andamento na 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus, contra o presidente da Contag, João Francisco da Silva e contra o delegado sindical no Acre e Rondônia, João Maia da Silva Filho. Eles estão sujeitos a penas de até 30 anos de reclusão, acusados de incitamento à luta pela "violência entre as classes sociais" e à "desobediência coletiva às leis". As lideranças sindicais rurais terminam fazendo um apelo à OAB-SP para que preste sua colaboração visando a absolvição daqueles seus dois dirigentes. (FSP - 7/11/81)

LAVRADORES CONDENAM PROJETO PARA USUCAPIÃO RURAL

José Francisco da Silva disse que o projeto ilude à primeira vista, mas não consegue resistir a um exame mais profundo. Comentou que a idéia do Governo, além de excluir as terras privadas, também não atinge as de interesse da segurança nacional. "Sobra muito pouco e a gente precisa de lente para enxergar as terras que vão ser atingidas". José Francisco insistiu em que o projeto não resolve o problema fundiário no: "O problema fundiário no Brasil é estrutural e só se resolve com a aplicação do estatuto da terra, com a reforma agrária. Ou se enfrenta o latifúndio, ou não há saída." O presidente da Contag ressaltou que não criticava as empresas rurais que são produtivas e não utilizam o solo com o único objetivo de especular, como fazem os latifundiários. Lembrou que 78% da

área rural cadastrada em todo o país pertencem a latifúndios, terras não produtivas. (JB - 6/11/81)

DENUNCIADO ATAQUE NA BA

O advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iaçú, Carlos Alberto Oliveira, comunicou à delegacia de polícia daquele município baiano que anteontem o fazendeiro Valdir Medrado, à frente de seis de seus empregados, ateou fogo à casa do colono Juraci dos Santos, revivendo o clima de tensão existente na área, onde milhares de posseiros lutam na Justiça pela posse da terra com duas famílias de fazendeiros, os Medrado e os Magalhães. (ESP - 4/11/81)

FAMÍLIA DE LAVRADOR MORTO ACIONARÁ SUDENE POR PENSÃO

A família do agricultor Antônio Gomes da Silva, 29 anos, morto pela polícia quinta-feira passada, quando tentava receber seus três salários atrasados nos frentes de trabalho abertas para empregar os flagelados da seca, vai acionar a Sudene na Justiça para obter uma pensão vitalícia. O agricultor deixou mulher, grávida de três meses, e quatro filhos. Há três quinzenas os 18 mil 346 trabalhadores inscritos em 21 municípios do sertão alagoano não vinham recebendo seus salários (Cr\$ 2 mil e 25 por quinzena). Quarta-feira passada foi anunciado que o pagamento sairia quinta-feira, logo cedo, mas diante da demora os flagelados, famintos, se revoltaram, tentaram saquear um armazém, a polícia reagiu e Antônio foi fuzilado com um tiro no peito. (JP - 9/11/81)

BISPO FAZ PROPOSTA PARA USO DE TERRAS SEM CEDER A POSSE

O presidente do Secretariado Regional Sul-1 da CNBB, dom David Picão, afirmou ontem em Itaici que as terras improdutivas da Igreja e entidades particulares, e até mesmo do governo, poderiam ser colocadas em função social, mediante um regime de comodato, isto é, de cessão do uso do terreno, mas não de sua posse. Segundo d. David, que é bispo de Santos, a solução dos problemas fundiários não está na simples doação ou na venda da terra a preços baixos a famílias carentes, pois "essas pessoas poderiam ser vítimas de um espertalhão qualquer, que compraria a terra para outras finalidades". Na opinião de d. David, que ontem participou da abertura dos trabalhos de mais uma assembleia regional da CNBB, "se num determinado local existe gente que tem interesse em dar uso a terras improdutivas, nós temos a obrigação de montar mecanismos para que elas sejam convocadas a bem do uso social". Nesse sentido, o bispo destacou que o comodato, que impossibilita a venda das terras, seria a melhor solução, na medida em que "as pessoas iriam usar a terra enquanto precisassem e amanhã dariam lugar a outros, numa situação de uso social constante". (ESP - 5/11/81)

ÍNDIOS

QUAL SERÁ O DESTINO DOS GUARANI DE MBOI MIRÍ (SP) NA IGREJA DEVE CUIDAR DISSO

Em São Paulo, a 45 quilômetros do centro da cidade, no bairro de Campo Limpo, 15 indígenas da tribo guarani - quatro casais e sete crianças - habitam as terras da Igreja Católica há 15 anos. Eles ocupam uma peque-

na faixa de terra no terreno de 13 alqueires - 314.600 m² em alqueires paulistas - que a Arquidiocese de São Paulo recebeu como doação de dona Lúcia Maria da Conceição, no século passado, e ao qual, no último fim de semana, decidiu dar "destinação social" cedendo-o, em regime de comodato, a famílias de lavradores da periferia da cidade. Mas os indígenas não contam com qualquer ajuda, quer da Funai, da Igreja Católica ou da comunidade em geral. A Cúria Metropolitana, que cuida da implantação do projeto de cessão do uso das terras, ainda não sabe o que fará com os indígenas. A preservação ou não da tribo nos terrenos da Igreja, diz o padre Adalberto Karan, "é o grande problema que teremos que estudar. Os índios foram para as terras, há 15 anos, numa situação de emergência e se acomodaram por lá. O problema está lá e precisa ser resolvido dentro dos limites do bom senso, olhando não só a parte das pessoas que necessitam de terras para trabalhar, mas também a situação dos índios. Para onde eles iriam?", pergunta o sacerdote. (FSP - 7/11/81)

MOVIMENTOS POPULARES

PASTORAL DEFENDE FAVELA URBANIZADA

"Não basta facilitar aos posseiros e atuais moradores a posse dos terrenos nas cidades. Para se tentar solucionar os problemas de terras nos centros urbanos é necessário que venham acopladas à redução do prazo do usucapião urbano para cinco anos medidas que urbanizem as favelas, como água, luz e esgoto, e garantam as condições mínimas de vida às populações carentes". A advertência é do advogado da Pastoral de Favelas e Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, João Bosco Pinto Lara. Para outro advogado da Pastoral, Arutana Coberio Terena, o problema de ocupação do solo urbano na Capital mineira inspira cuidados, pois só este ano foram registrados 30 casos de grilagem. (JB - 6/11/81)

POSSEIROS DE CURITIBA (PR) AGORA TEMEM DESPEJO

O juiz da Comarca de Colombo, município da Região Metropolitana de Curitiba, determinou o seqüestro de uma área urbana da Cidade, no Bairro de Campo Alto, onde vivem cerca de 130 famílias, algumas instaladas há mais de 20 anos. A medida, que deverá ser seguida de uma ação de despejo dos atuais ocupantes, está provocando tensão entre os moradores de áreas periféricas de toda a Região Metropolitana de Curitiba, onde existem inúmeros casos de loteamentos irregulares. (ESP - 8/11/81)

IGREJA VAI CEDER TERRAS A FAMÍLIAS

A Arquidiocese de São Paulo decidiu, no último fim de semana, dar "destinação social" a 13 alqueires (314.600 m² em alqueires paulistas) de terras de sua propriedade, localizados no bairro de Campo Limpo, a 45 quilômetros do centro da cidade. A iniciativa é do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que havia determinado, há um mês, o reexame de um projeto de aproveitamento dessa área, realizado em 1979 por monsenhor Vitor Nikelsburg, técnico em agricultura. O projeto, agora valorizado devido às invasões de terras em São Paulo, prevê o uso comunitário da terra por aproximadamente 50 famílias, mediante um regime de comodato, isto é, a cessão do uso do terreno, mas não de sua propriedade, a pequenos lavradores e famílias carentes da periferia da cidade. (FSP - 4/11/81)

PADRES FRANCESES NÃO SERÃO EXPULSOS

O Presidente Aureliano Chaves, num despacho de sete linhas, encerrou o processo de expulsão dos Padres franceses François Gouriou e Aristides Camio, transferindo para a Justiça a responsabilidade de expulsar ou não do país os dois religiosos. Se forem condenados por sentença definitiva, serão expulsos após o cumprimento da pena. Mesmo que não sejam condenados eles ainda estarão sujeitos a expulsão por ato administrativo. No despacho, exarado sobre os processos números 30 259 e 30 261, do Ministério da Justiça, com base na Lei dos Estrangeiros, o Presidente da República considera que "os fatos atribuídos" aos padres configuram "crime em tese". Indica mais adiante que "esses fatos, pela sua gravidade, sejam apurados mediante processo penal". "Os fatos atribuídos aos expulsandos, François Jeans Marie Gouriou e Aristides Camio, configuram, segundo o que consta dos autos, crime em tese. Convém, pois, que esses fatos, pela sua gravidade, sejam apurados mediante processo penal, sem prejuízo da expulsão dos acusados, após cumprimento da pena, se condenados por sentença definitiva." Os padres não foram expulsos. Só serão se forem condenados por sentença definitiva, após o cumprimento da pena, acusados que são de crime contra a Segurança Nacional, com base na Lei 6.620/78, Artigo 36, II e IV, e parágrafo único. Cabe agora ao Ministério Público da Justiça Militar dar início à ação penal, denunciando ou pedindo o arquivamento ao auditor, neste caso se entender que não houve crime. Após ser informado por telefone, pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, da decisão do Presidente Aureliano Chaves, o secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D Luciano Mendes de Almeida, declarou "estar muito feliz". E acrescentou: "Este é um momento muito importante para a História do Brasil, porque consolida mais uma dimensão do processo de democratização." Os Padres Aristides Camio e François Gouriou receberam a notícia de que não seriam expulsos do país através do advogado Luís Carlos Sigmaringa Seixas, às 18h15; na prisão. Segundo o advogado, eles se mostraram muito satisfeitos porque "terão oportunidade de mostrar à nação que estão inocentes porque, em caso de expulsão, sempre ficaria uma suspeita". (JB - 6/11/81)

BISPOS PEDEM LIBERDADE ENQUANTO DURAR PROCESSO

Os bispos paulistas reunidos em assembleia regional da CNBB, em Itaici, enviaram ontem telegrama ao presidente do Superior Tribunal Militar, pedindo que os missionários franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, além dos 13 posseiros da região de São Geraldo do Araguaia, presos em Belém, respondam em liberdade ao processo penal instaurado pela Justiça Militar do Pará. A decisão dos bispos foi tomada depois de um contato telefônico mantido pela manhã entre o secretário geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, e o presidente do Secretariado Regional Sul 1 da entidade, dom David Picão. (FSP - 9/11/81)

PADRE DENUNCIA AGRAVAMENTO DE PRESSÃO POLICIAL SOBRE RÁDIO DIFUSORA DE GOIÂNIA

Padre Flávio Castro, diretor da Rádio Difusora, acha que as pressões sobre sua rádio aumentaram muito. No último semestre, a Polícia Federal, através do Dentel, requisitou a gravação de seis edições do Grande Jornal falado da Difusora. Ultimamente, as solicitações estão sendo feitas diretamente pelo DPF, sem passar pelo Dentel. As fitas e textos até

... aqui com o objetivo de... Numa das fi-
tas requisitadas, um popular interrogado pelo repórter da Difusora so-
bre o aumento dos preços das passagens de ônibus, admitiu que poderia
se repetir em Goiânia os acontecimentos de Salvador. Padre Flávio fez
questão de ressaltar a correção do procedimento do Dentel. O Jornal da
Difusora dá a palavra à população, que é convidada a opinar, diante do
microfone, sobre todos os problemas da cidade. Esse método de trabalho
tem assegurado ao jornal da Difusora a maior audiência do horário. Pa-
dre Flávio, diretor da rádio, afirma que politicamente o jornal segue
uma linha independente, apartidária, mas comprometida, não poupando crí-
ticas a ninguém. (JB - 5/11/81)

POLÍTICA NACIONAL

O CAMINHO É OUVIR O POVO, DIZ LULA

"As Forças Armadas precisam compreender e se conscientizar de que só ou-
vindo o povo será possível saber o que está certo e o que está errado",
afirmou ontem, em Santos, o presidente nacional do PT, Luís Inácio da
Silva, Lula. Ele insistiu no desejo de falar na Escola Superior de Guer-
ra "para dizer que muitos dos que passam por lá são mentirosos, como
Delfim Neto, Murilo Macedo e muitos outros", acrescentando: "Queria di-
zer que eles, que são os militares, precisam ir às portas de fábricas
para ver que a escravidão não acabou quando tiraram as correntes dos
pés dos negros, mas que ela apenas mudou quando se colocou o cartão de
ponto". Indagado sobre o caso de denúncias de corrupção em Cubatão, en-
volvendo prefeito e vereadores do PDS, Lula disse que também gostaria
de dizer "aos militares que casos como este mar de lama são a regra e
estão acontecendo por todo lado. Os militares - observou - precisam en-
tender que o povo precisa participar, que indicar gente para cargos, co-
mo acontece em Cubatão e Santos, não é garantia de coisa alguma além da
perpetuação da corrupção e da exploração contra o próprio povo. Eles a-
sumiram a responsabilidade por colocar gente e agora estão na obrigação
de solucionar o problema que criaram". Lula, que lançou o PT em Guarujá,
visitou Santos e participou de um comício em Cubatão, à noite, con-
siderou "completamente absurdo" tratar das coligações partidárias "no
momento em que não se conhece as regras do jogo eleitoral e em que o go-
verno ainda não disse o que pretende em termos de legislação". "É ne-
cessário que os partidos de oposição entendam que qualquer medida toma-
da neste momento corresponderá a uma outra medida do próprio governo pa-
ra esvaziá-la. Tramarão sobre um fato concreto. Isso é entregar o ouro
para o bandido", afirmou Lula. Para ele, há ainda muito tempo para se
discutir coligações. (FSP - 9/11/81)

PRESTES NÃO ADERE AO PT

O ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luis Carlos Pres-
tes, negou ontem em nota seu ingresso no Partido dos Trabalhadores.
Afirmou ter recebido "insistentes convites" de representantes do PT pa-
ra concorrer por sua legenda nas eleições de 1982, mas sempre deixou
claro que jamais faria qualquer declaração ou tomaria posição abdicando
das suas convicções de revolucionário e marxista-leninista, empenhado
na "construção em nosso país de um Partido Comunista efetivamente revo-
lucionário, capaz de conduzir trabalhadores à revolução socialista." Se-
gundo Prestes, nos entendimentos que manteve com o PT, sempre frisou
que não aceitava que seu possível ingresso fosse considerado uma ade-
são, "mas, sim, um ato político, do oferecimento de legenda eleitoral",

já que o PCB está na ilegibilidade. Acentuou que "essa adesão não existe, nem existirá". (JB - 3/11/81)

OUTRAS

D. PAULO PROPÕE TARIFA DE ÔNIBUS MENOR PARA OPERÁRIOS

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, fez um apelo ontem, às autoridades, para que estudem novas fórmulas de tarifa para os ônibus urbanos, pregando a instituição de uma passagem especial para quem ganha até três salários mínimos, "senão vai virar um caos esta cidade". D. Paulo fez estas declarações após comentar a afirmação do prefeito Reinaldo de Barros, sexta-feira, em Taubaté, quando disse estar "apavorado" com as possíveis consequências do quarto aumento das tarifas dos ônibus este ano, devido à elevação de 19% no preço do óleo diesel. O prefeito revelara que a polícia até já se prepara para enfrentar "um dos maiores quebra-quebras da história". "Gostaríamos - disse o cardeal - que todos tivessem consciência do que significa um aumento das tarifas de ônibus nessa hora, quando o povo já não tem possibilidade de sobreviver, pagar o aluguel e ter o mínimo necessário para uma vida digna." Defendendo a tese de se beneficiar as camadas de mais baixa renda, d. Paulo afirmou ainda que, "se houvesse um aumento, e ele fosse realmente necessário, deveriam ser eximidos dele ao menos os que têm ganho até três salários mínimos, teto que já foi aplicado para a Previdência e para tantas outras coisas". E continuou: "O próprio prefeito Reinaldo de Barros defende uma tarifa especial para os desempregados. Então, que ele dê também para os operários que ganham até esse teto, se não, vai virar um caos esta cidade. (FSP - 5/11/81)

EVANGÉLICOS INTERCEDEM POR PADRES FRANCESES

Nós, cristãos evangélicos, de diversas confissões denominacionais, fiéis aos princípios característicos do Protestantismo, princípios esses de liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado, livre exercício do munus pastoral, este, sujeito apenas aos princípios do Evangelho e aos conteúdos fundamentais das Sagradas Escrituras; nós, no respeito aos princípios de solidariedade para com os pobres e oprimidos e as reivindicações por justiça; nós, baseados no espírito democrático que respeita a liberdade de expressão e de ampla defesa de qualquer pessoa acusada, mais uma vez queremos expressar a nossa solidariedade à Igreja Católica Romana no Brasil e à sua entidade representativa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no momento em que se tenta propor a expulsão dos sacerdotes ARISTIDES CAMIO E FRANÇOIS GOURIOU, os quais, no exercício de sua consciência pastoral, se identificaram com as lutas dos homens sem terra.

Fazemos um apelo para que Sua Excelência, o Senhor Vice-presidente Aureliano Chaves, Presidente em exercício tenha a lucidez bastante para compreender o momento de nossa Pátria e a luta que vem sendo travada por aqueles que, sem terra, clamam por sua própria sobrevivência.

Aio de Janeiro, 03 de novembro de 1981

01. Bispo Paulo Ayres Mattos - Bispo da Igreja Metodista no Rio de Janeiro e Presidente do Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
02. Bispo Sumio Takatsu - Bispo da Igreja Episcopal do Brasil (Comunhão Anglicana) - Estado de São Paulo.
03. Rev. Albérico Baeske - Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Superintendente Distrital.
04. Rev. Carlos Alberto Correia da Cunha - Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil e Presidente do Presbitério Rio Norte.
05. Rev. Jonas Neves Rezende - Pastor da Igreja Cristã de Confissão Reformada.
06. Rev. Zwinglio M. Dias - Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil e Secretário Geral do Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
07. Prof. Jether Pereira Ramalho - Igreja Congregacional.
08. Rev. João Pedro de Aguiar - Pastor Presbiteriano - Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas.
09. Rev. Jaime Wright - Pastor da Igreja Presbiteriana.
10. Rev. Domício Pereira de Mattos - Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil.
11. Rev. Rubem Alves - Teólogo da Igreja Cristã de Confissão Reformada.
12. Rev. Edin Abi-Mansur - Pastor da Igreja Cristã de Confissão Reformada.
13. Rev. José Bittencourt Filho - Igreja Cristã de Confissão Reformada.
14. Revda. Joana D'Arc Meireles - Pastora da Igreja Metodista do Brasil.
15. Profª Nilde Balcão dos Santos - Igreja Metodista.
16. Lucilia Garcia Ramalho - Igreja Congregacional.
17. Rev. Paulo Schütz - Pastor da Igreja Metodista do Brasil e Diretor do Seminário Metodista do Rio de Janeiro.
18. Rev. Uriel Teixeira - Pastor da Igreja Metodista do Brasil.
19. Revda. Rosângela Soares Oliveira - Pastora da Igreja Metodista do Brasil.
20. Profª Ruth Noemi Silva e Souza - Pastoral Universitária da Igreja Metodista do Brasil.

Seguem outros nomes.